

## 5. A percepção ambiental

A participação da população ganhou frente às políticas públicas destacou-se desde a Lei Federal 10.257/ 2001 (Estatuto da Cidade) e dos Planos Diretores Municipais. A questão de maior relevância é o poder de argumentar frente a futuras modificações, em referendos e plebiscitos. O Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo (Lei Complementar nº24 /2007) passa por um processo de revisão junto à comunidade, todavia essa facilitação de diálogo entre o poder público e a sociedade encontra graves entraves.

Parcelas da população de baixa renda possuem carências infraestruturais e de diálogo com o poder público. São estas, normalmente, as mais expostas aos riscos ambientais. Essa relação desarmônica configura-se em injustiça ambiental, a qual deveria ser corrigida pelas esferas públicas.

Os riscos, portanto, contém uma tripla conjuntura: A primeira sendo a fragilidade ambiental ou vulnerabilidade física; a segunda, a forma de ocupação humana e quem a ocupa (vulnerabilidade demográfica) e por fim, a ação (omissão) governamental frente ao risco. Essa tripla característica afeta como as sociedades expostas se relacionam com o meio.

A sociedade passa por uma pobreza multidimensional (Valencio, 2012), uma vez que as tragédias ambientais perdem o caráter excepcional, de alarme e comoção nacional e se transformam em algo aceitável, que irá ocorrer. Esta visão gera maior supressão da vida dos indivíduos afetados. Sem o apoio social, fragilizados, são forçados a aceitar as violências sociais/governamentais. A comunidade afetada perde sua identidade, com suas iconografias retiradas e, com a ação governamental de cadastro e retirada dos locais em risco, geram uma dissolução do desastre.

A realização de questionários com a população da área (local e virtualmente) visou o entendimento do relacional risco, população e governo. Para um índice de confiabilidade de 95% era preciso realizar 383 questionários no 1º Distrito de Nova Friburgo, já que, segundo o Censo 2010, o total de era 113.108 moradores. (Anexo 3- Questionário)

Nos períodos compreendidos entre Dezembro de 2014 e Março de 2015 pode-se constatar a relação riscos e ocupação, como pode ser constatado nos seguintes gráficos:

**Presenciou deslizamentos e/ou inundações no seu bairro?**



Gráfico 1: Deslizamentos.

**Possui preocupação quanto à ocorrência de novos desastres?**

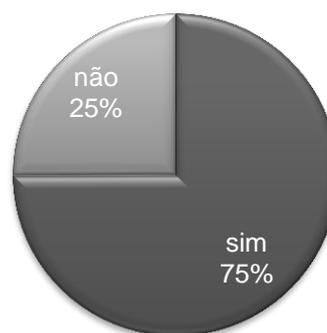


Gráfico 2: Novas ocorrências.

Esse primeiro gráfico aponta para a recorrência dos desastres ambientais na área estudada. Este dado aponta para uma característica conhecida da população, a vulnerabilidade do lugar e sócio-demográfica. Essa noção dos desastres gera um segundo dado importante, a apreensão da população frente a novas ocorrências.

A população mostra uma relação inerente com o espaço urbano, com a comunidade existente, os laços formados entre os moradores e suas habitações. Além disso, as áreas mais vulneráveis foram historicamente preteridas pelas classes sociais mais abastadas, o que é comprovado pelos mapas de densidade demográfica (Figura 24) e de distribuição de renda pelos setores censitários (Figura 25).

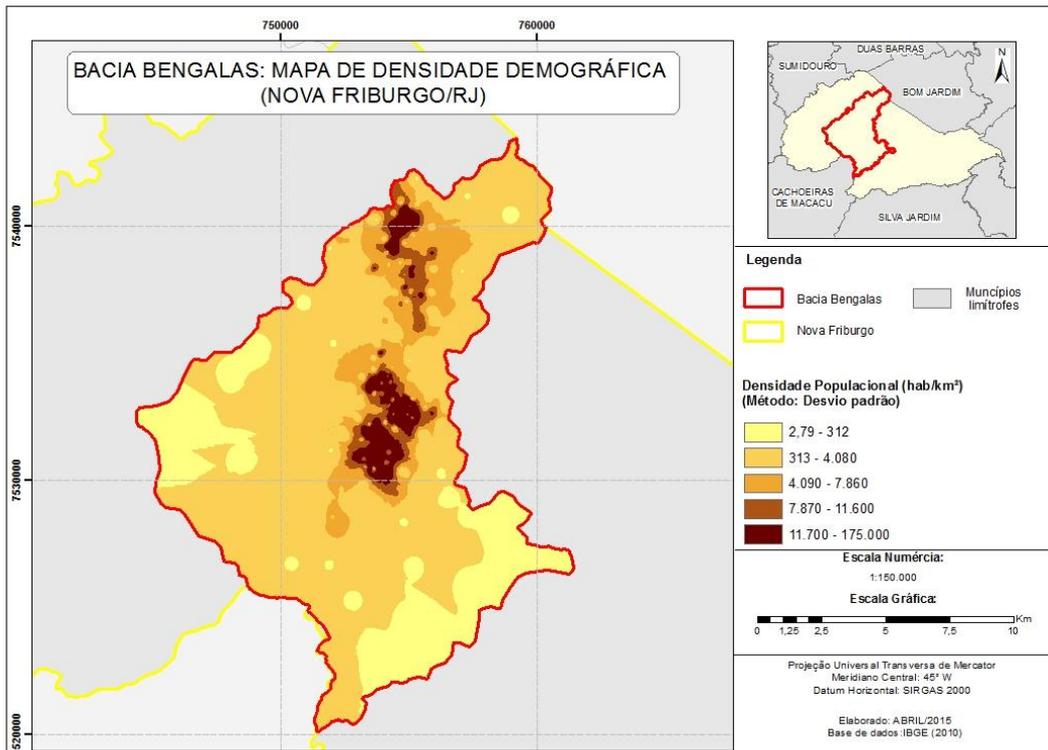


Figura 24: Densidade Demográfica da Bacia Bengalas

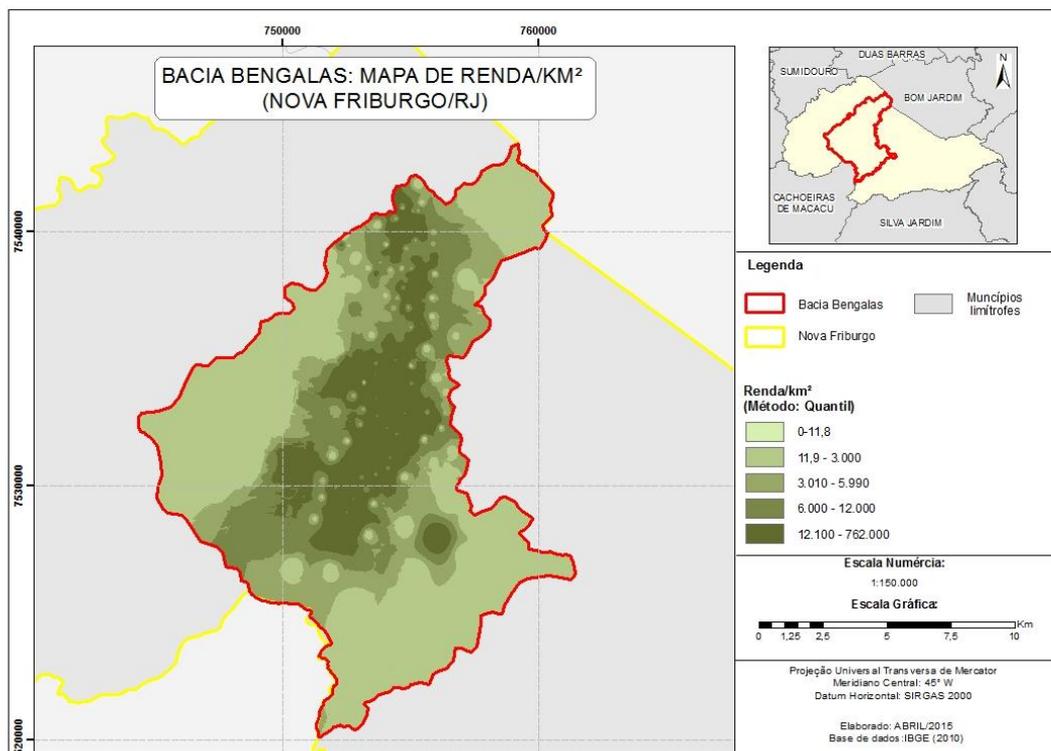


Figura 25: Distribuição de renda/km<sup>2</sup> da Bacia Bengalas

Analisando os mapas pode-se comprovar a predileção pela área central da bacia, a mais densamente ocupada e com maiores ofertas de serviços públicos. Esta questão é corroborada pelo Plano Diretor Participativo, o qual prevê uma requalificação da área, isto é, melhoria na oferta de serviços para essa população privilegiada. Embora as inundações afetem, também, essa população, já que se desenvolveram a margem do rio Bengalas, nos questionários o medo a novas ocorrências é bem menor frente à população a noroeste da bacia.

Os entrevistados, a noroeste da bacia, mostraram receio de novas ocorrências e a vivência do desastre de 2011 ainda está no presente da maioria. Tratar de percepção ambiental, para a população afetada torna-se uma questão extremamente delicada e por isso, é necessária uma maior atuação do poder público.

Frente ao desastre de 2011, a associação de moradores do Córrego Dantas organizou-se em mutirões para melhorar o bairro e auxiliar os mais atingidos. Contudo, após quatro anos ainda é possível perceber a modificação da vida desses moradores (Figura 26 e Figura 27)

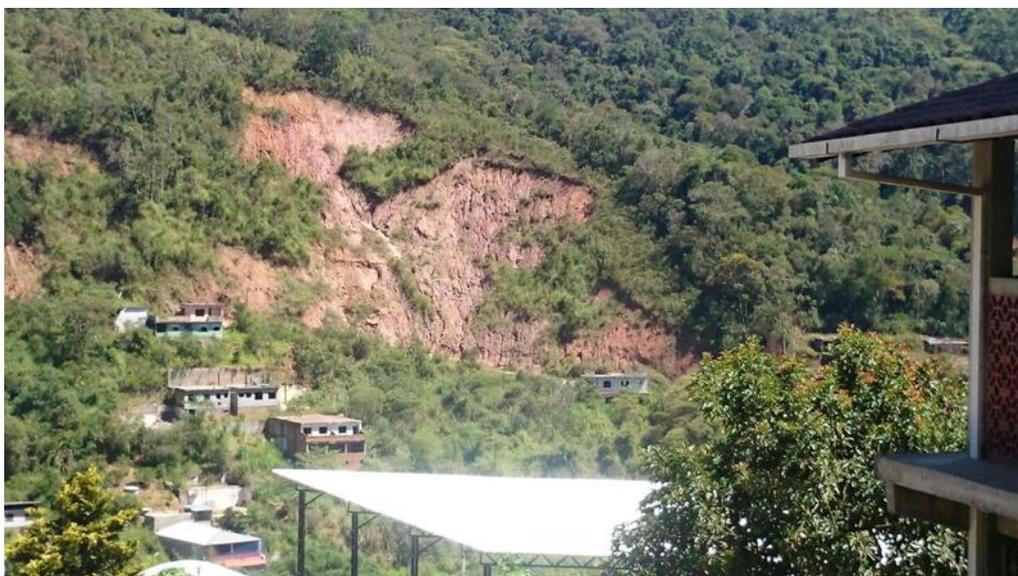


Figura 26: Cicatrizes de deslizamento do bairro Córrego D'antas (Novembro/2014).

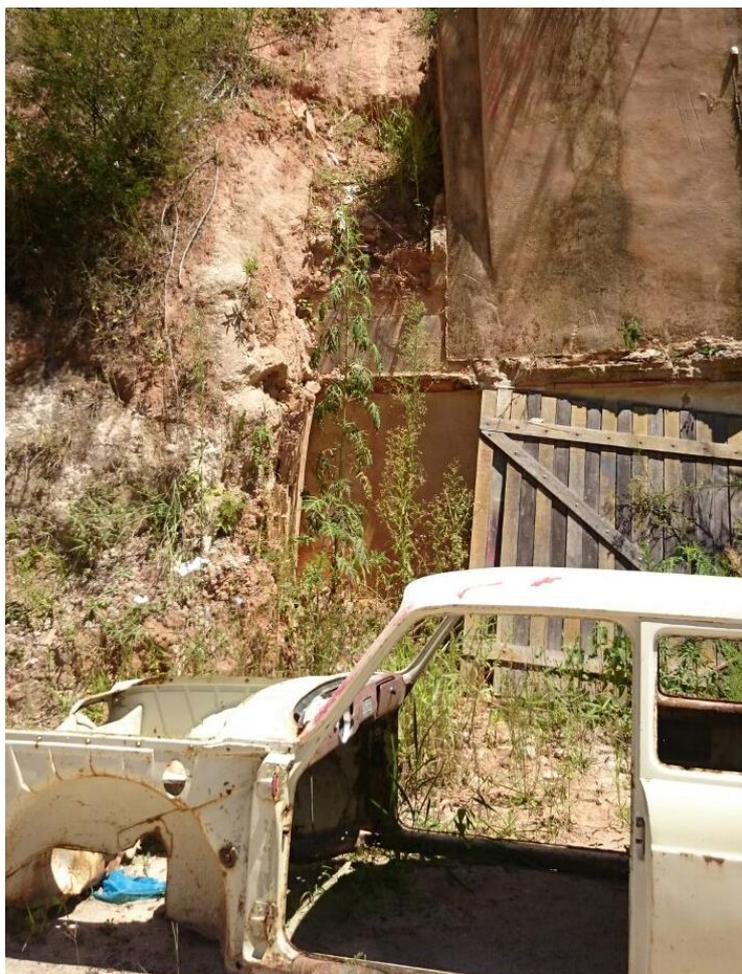


Figura 27: Deslizamento de 2011, casa soterrada ao fundo (Dezembro/2014).

A partir dos destroços remanescentes de janeiro de 2011, os quais mostram a proporção dos eventos e indicam a situação calamitosa a qual a população estava exposta, é possível constatar a ação ou omissão do poder público frente estas áreas. Através de relatos dos moradores (Janeiro, 2015), muitas das moradias foram recuperadas pela própria população residente, o que infringe o artigo 2º da Lei 10.257/2001, na qual o governo deve “garantir o direito a cidades sustentáveis”. Nesse artigo, consta o acesso a infraestrutura, transporte, lazer e a “justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização”. Como percebeu-se os desastres ambientais urbanos são decorrentes do processo de urbanização e devem ser tratados como prioritários nos zoneamentos urbanos.

Outra questão preocupante averiguada em campo foi a construção de novas moradias em locais instáveis (figura 28). Percebe-se que falta um estímulo governamental ao acesso a moradia com harmonia com a justiça ambiental, o

qual, força a população a ocupar/retornar as áreas que foram destruídas com a enxurrada de 2011.



Figura 28: Construção de casa em área de movimento de massa (Março, 2015)

Ao confrontar as áreas de risco ambiental, (Figura 22) com as de ocorrências dos desastres de 2011 (Figura 23) e as Unidades Territoriais de Planejamento percebe-se que uma zona crítica do planejamento é a Zona de Expansão Orientada 2. Nesta área ocorreu grande parte dos deslizamentos de 2011 e de acordo com o Plano Diretor Participativo, é uma área estimulada ao crescimento urbano, desde que haja uma oferta de serviços públicos. Esta questão mostra um ponto de desacordo entre as políticas públicas e o espaço urbano fragilizado. Conforme os moradores afetados, nesta área houveram inúmeros deslizamentos e inundações ao longo dos anos.